

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA UTFPR - CAMPUS PATO BRANCO/PR.

ALTHAUS, Dalvane
DOMINGUES, Eliane Terezinha Farias

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR começou com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909. Nessa época, a principal motivação era o ensino destinado aos menos favorecidos da sociedade, chamados de “desprovidos da sorte”.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR está em Pato Branco desde 1993, quando ainda era Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR. Na UTFPR, a implantação do Napne se deu em 2006 a fim de implementar ações vinculadas ao Programa Tec Nep – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, da Rede Federal de Educação Tecnológica – do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP).

O Programa Tec Nep é coordenado nacionalmente pelo Núcleo Gestor Central ligado ao Ministério da Educação / Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante (MEC / SETEC), e em nível estadual pelo Núcleo Gestor Estadual. Esse Núcleo, na UTFPR, está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional – PROGRAD. No Campus Pato Branco, existe atualmente um grupo de servidores que fazem parte do Napne. Esse, interessado em enfrentar os desafios que a inclusão propõe, uma vez que, assim como na maioria das instituições de ensino tecnológico, os servidores têm uma boa formação profissional nas suas diversas áreas de atuação e pouco ou nenhuma na área da inclusão

OBJETIVO

Implementar ações de inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – PNEEs através de discussão sobre aspectos técnicos, didático-pedagógicos, adequações, quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais e

educacionais, bem como as especificidades e peculiaridades de cada deficiência e superdotação, levando não só a uma reflexão sobre o papel do educador e da instituição em sua prática pedagógica, como à prática da inclusão.

METODOLOGIA

A partir da criação do grupo Gestor Estadual do Programa TEC NEP, através de Portaria do Pró- Reitor de Graduação da UTFPR, este trabalho estruturar-se-á a partir das seguintes ações:

- Desenvolver Ações Locais do Programa TEC NEP – a partir da criação do Napne instituído por portaria da Diretoria no Campus. Envolver, de forma comprometida, docentes, técnicos, administrativos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, sociólogos, discentes e pais. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, onde cada um aceita e convive com a diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;

- Articular Ações Ligadas ao Ensino - A Gerência de Ensino - GEREP, atua nas ações ligadas ao ensino no programa TECNEP. Tem por atribuições as ações de planejamento, coordenação e supervisão das atividades de ensino, para todas as modalidades de cursos ofertados no Campus;
- Articular Ações Comunitárias e de Extensão - A Gerência de Relações Empresariais e Comunitárias – GEREC dentro do programa TEC NEP direciona suas ações (projetos tecnológicos, serviços tecnológicos, eventos, atividades comunitárias, educação continuada, visitas técnicas e gerenciais, empreendedorismo, conselho empresarial, etc), visando à inclusão de PNEEs – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais;
- Articular Ações Ligadas à Pesquisa e Pós-Graduação - A Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação - GEPPG, no Programa TEC NEP atuará de forma a fomentar a pesquisa em temas ligados à inclusão e acessibilidade.
- Articular Ações Ligadas à Gestão - a Gerência de Planejamento e Administração – GEPLAD, no Programa TEC NEP atuará em questões

ligadas à gestão, com objetivo de desenvolver mecanismos de interação Ensino/Administração visando também à melhoria constante na qualidade de ensino e das ações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através da educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações. De acordo com Sasaki,

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na **mentalidade de todas as pessoas**, portanto do próprio portador de necessidades especiais (2003, p.42 grifo nosso).

O grifo acima se deve porque ao falar em inclusão é imprescindível destacar que a barreira mais importante a ser quebrada é a de pré-conceitos tanto do próprio excluído quanto dos que o excluem, por isso é preciso transformar a “mentalidade de todas as pessoas”. O tema Inclusão leva a conscientização das pessoas quanto à discriminação e a necessidade de adotar uma nova postura de adaptações significativas para o dia-dia. A finalidade da inclusão é a de que pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania. A inclusão é um processo bilateral, diferente da integração que é unilateral – só o aluno precisa se adaptar – ou seja, para ser uma escola inclusiva é necessário que o aluno e a escola se preparem e se adaptem para essa finalidade.

A perspectiva inclusiva retoma o comprometimento com os demais e a importância da vida em sociedade na convivência com o diferente, considerando que essa é uma experiência enriquecedora. Para haver inclusão, a educação precisa, na concepção de Ross, ser menos competitiva e mais cooperativa.

Segundo Vygotsky, é preciso ver o sujeito com desenvolvimento complicado por uma deficiência não como menos desenvolvido que um da mesma idade não deficiente, mas sim que tem outro modo de desenvolvimento. Por isso, a escola não pode se limitar a determinar graus e gravidade, mas considerar o indivíduo com deficiência, a reação do seu organismo e da sua personalidade diante da

intervenção educacional. É preciso ver o sujeito com suas potencialidades e não a deficiência.

Diante disso não existe um padrão de atendimento para alunos com necessidades educacionais especiais, cada aluno deve ter oportunidade de dizer o que necessita de diferente para sua aprendizagem. A inclusão requer uma preparação adequada e uma conseqüente mudança de postura pedagógica e atitudinal do professor e da instituição de ensino, onde se passe a perceber cada educando como pessoa, com características individuais e únicas, que precisam ser trabalhadas e respeitadas, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento, além do incentivo á cooperação mútua entre todos os alunos.

Quanto às políticas públicas, é possível afirmar que, apesar de existir um arcabouço de leis, decretos, resoluções, etc, um Artigo da Constituição Federal que se considerado resume todos os outros,

Art. 205 - **A educação, direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988, grifo nosso).

Percebe-se nesse texto constitucional, que apesar de a educação ser direito de todos, garantido pela constituição, quando se fala em educação inclusiva parece que nem todos estão realmente garantidos nesse direito.

Dada importância das escolas serem inclusivas, torna-se necessário refletir sobre as mudanças que deverão ocorrer pontuando que a educação inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso lhe articular ações significativas, capazes de desenvolver definitivamente a cultura da inclusão nesta instituição de ensino. Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas educacionais.

Assim, o trabalho na Universidade necessita de constante capacitação pedagógica crítico-reflexiva que equacione ações no ensino, pesquisa e extensão, correspondendo à dinamicidade do processo. É preciso cuidado para que a inclusão seja refletida, pensada e assumida pelos servidores, para que não se torne

um modismo, deve permear as discussões, pois segundo Mittler “Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana” (MITTLER, 2003, p. 184).

RESULTADOS

Em sendo um processo, ainda de implantação desse núcleo, destacamos algumas ações que vêm sendo desenvolvidas na UTFPR Campus Pato Branco, a partir da implantação do Napne.

Atividades Realizadas em 2007

- Palestra: Programa Tec Nep e a experiência do Cefet-SC com Relação à Inclusão.
- Visita Técnica a Escola Municipal Rocha Pombo.
- Mini-curso: Atendimento Educacional do Deficiente Visual.

Atividades Realizadas em 2008

- Mini-curso: A Educação de Surdos na Perspectiva Sócio-interacionista.
- Grupo de Estudo.
- Mini-curso: Educação Inclusiva na área Física/Neuro-Motor.
- Oficina: Subsídios para Inclusão Educacional e Social da Pessoa Cega e de Baixa Visão.
- Dia da Inclusão: Banner, Folder, Vídeo e Apresentações.
- Mini-curso: Transtornos Globais.

Atividades em Andamento em 2009

- Apresentação de TCC: Acessibilidade no Campus Pato Branco.
- Semana da Inclusão: Mostra de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva e Oficina de Braille.
- Curso de Extensão “Qualificação Profissional para o Primeiro Emprego” para pessoas surdas.
- Aquisição de material e recurso didático pedagógico através do Projeto Incluir.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSS, P. R. Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão. **Revista Educar em Revista**, n. 23, janeiro a junho 2004 (dossiê Educação Especial). Curitiba, Pr: Editora UFPR. p. 203-224.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectología**. Ed. Pedagógica, Moscou: 1983.